



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
"José Gomes da Silva" – Fundação ITESP

CONCURSO PÚBLICO

034. PROVA OBJETIVA

ANALISTA DE GESTÃO ORGANIZACIONAL – BIBLIOTECA E ACERVO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno contendo 50 questões objetivas e o caderno de redação.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos nas capas dos cadernos e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir os cadernos, verifique se estão completos ou se apresentam imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **08**.

O equilibrista bêbado

Girar pratos constitui um tradicional ato circense, no qual um malabarista mantém um grande número de pratos girando sobre varetas. Frequentemente, o ato é combinado com acrobacias e sequências humorísticas. Girar pratos é também uma conhecida metáfora para o trabalho gerencial. Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”.

Colin Price, diretor da consultoria McKinsey & Company, em Londres, fez eco ao senso comum: publicou, há alguns meses, um artigo na revista da empresa, sugerindo que liderança se tornou, de fato, a arte de girar pratos. O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre triviais.

Sua principal premissa é que a forma racional para buscar melhores resultados nas organizações, com foco em questões financeiras e operacionais, com metas, pode não ser a maneira mais eficaz. Não deixa de parecer irônico, dado sua empresa ter construído um impressionante portfólio de clientes com a venda justamente desse tipo de abordagem. Price parece ter descoberto que, embora gostemos de ver as empresas como manifestações da racionalidade, a realidade frequentemente nos mostra que ações e decisões corporativas são comumente marcadas pela imprevisibilidade e pela excentricidade do comportamento humano.

A sugestão de Price é abraçar a condição paradoxal da vida corporativa e buscar situações de equilíbrio. Assim como os malabaristas tentam manter seus pratos no ar, os executivos devem tentar direcionar esforços para incentivar os comportamentos capazes de alinhar as organizações com as suas maiores prioridades.

O consultor identifica grandes paradoxos da vida corporativa. Dois deles merecem destaque. O primeiro envolve mudanças e estabilidade. Toda empresa que deseja sobreviver precisa manter-se no passo de mudança de seu ambiente. Frequentemente, isso implica realizar alterações na estratégia, reformar estruturas, renovar quadros e acelerar o desenvolvimento e o lançamento de produtos. No entanto, o excesso de mudanças causa estresse e gera resistência. Mais sensato é procurar o equilíbrio entre mudança e estabilidade, com respeito aos limites das pessoas e dos processos.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

A mensagem de Price tem méritos. De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos devem reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. Infelizmente, muitos parecem agir como equilibristas bêbados. Sobra-lhes desinibição e falta-lhes consciência. Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar.

(Thomaz Wood Jr., www.cartacapital.com.br, 07.07.2013. Adaptado)

- 01.** A comparação entre a gestão de negócios e a arte de girar pratos, estabelecida no texto, diz respeito ao fato de que os executivos precisam
- (A) saber agir com constância e manter-se inflexíveis em suas convicções, primando pela estabilidade acima de tudo.
 - (B) atuar em diversas frentes e balancear diferentes demandas, em um contexto marcado por contradições.
 - (C) aceitar o fato de que é imprescindível permanecer em constante e acelerada mudança, ignorando as resistências.
 - (D) combater e anular os paradoxos que podem surgir em suas organizações, buscando preservar a produtividade.
 - (E) antecipar os possíveis entraves ao crescimento, em um ambiente em que é impossível definir prioridades e traçar metas.
- 02.** De acordo com o autor, a opinião de Colin Price acerca da relação entre liderança e a arte de girar pratos parece irônica, porque o consultor descreve o meio empresarial como
- (A) hostil e difícil de ser administrado com base em pressupostos humanistas.
 - (B) caótico, denunciando falhas de gestão no interior da empresa que representa.
 - (C) excêntrico e, portanto, impermeável à análise de empresas de consultoria.
 - (D) menos conturbado do que o que vinha sendo divulgado pela mídia londrina.
 - (E) mais influenciado pela irracionalidade do que a McKinsey & Company costumava defender.
- 03.** O termo destacado em – O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre **triviais**. – tem o sentido de
- (A) exequíveis.
 - (B) justificadas.
 - (C) decorosas.
 - (D) convencionais.
 - (E) heterodoxas.

04. As expressões destacadas em – A sugestão de Price é **abraçar** a condição paradoxal da vida corporativa e **buscar** situações de equilíbrio. – estão, correta e respectivamente, substituídas, sem alteração de sentido e seguindo as regras de regência da norma-padrão da língua portuguesa, por:

- (A) acatar sobre a ... ir em busca ante
- (B) acatar pela ... ir em busca nas
- (C) acatar na ... ir em busca para
- (D) acatar da ... ir em busca a
- (E) acatar a ... ir em busca de

Releia o penúltimo parágrafo para responder às questões de números 05 e 06.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

05. Considere as frases e a relação de sentido que estabelecem no parágrafo:

- (a) Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras.
- (b) Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento.

É correto afirmar que as frases (a) e (b) estabelecem, entre si, uma relação de

- (A) tempo e modo.
- (B) causa e consequência.
- (C) conformidade e condição.
- (D) alternância e proporção.
- (E) comparação e concessão.

06. No contexto da argumentação do parágrafo, marcada pelo contraste entre ideias, a comparação com as bandas de jazz serve para destacar a importância de haver equilíbrio entre

- (A) investimento e infraestrutura.
- (B) planejamento e imprevisibilidade.
- (C) talento e criatividade.
- (D) ordem e profissionalismo.
- (E) conhecimento e técnica.

07. No trecho do último parágrafo – De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos **devem** reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. –, a forma verbal em destaque expressa uma

- (A) recomendação.
- (B) dúvida.
- (C) comparação.
- (D) estimativa.
- (E) hesitação.

08. Considere as frases:

- Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”. (primeiro parágrafo)
- Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar. (último parágrafo)

É correto afirmar que as aspas sinalizam, em “continuo tentando manter os pratos no ar” e “sóbrios”, respectivamente,

- (A) a ironia na fala de um personagem e uma palavra inventada pelo autor.
- (B) o título de uma obra e uma palavra com sentido pejorativo.
- (C) uma expressão com sentido irônico e uma palavra de língua estrangeira.
- (D) uma citação e uma palavra empregada com sentido figurado.
- (E) uma dúvida e uma palavra que não condiz com a opinião do autor.

09. Assinale a alternativa em que a concordância segue a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) O estresse e a resistência são, comumente, gerado pelo excesso de mudanças.
- (B) Orientar-se por normas são algo essencial para qualquer organização.
- (C) São necessárias regras básicas para que as empresas possam operar eficazmente.
- (D) Existe vários méritos na mensagem de Colin Price.
- (E) Alguns executivos esbanjam desinibição, mas não dispõe de consciência.

10. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas, seguindo as normas de uso do acento indicativo de crase.

Price defende _____ ideia de que a forma racional para chegar _____ melhores resultados nas organizações pode não equivaler _____ maneira mais eficaz.

- (A) a ... a ... à
- (B) a ... à ... à
- (C) à ... à ... à
- (D) à ... à ... a
- (E) a ... à ... a

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11. Assinale a alternativa correta a respeito dos princípios da Administração Pública.
- (A) Em relação ao princípio da legalidade, aplicável igualmente ao particular, pode-se afirmar que a Administração Pública pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
 - (B) Tendo em vista o princípio da impessoalidade, a lei veda à Administração Pública, em qualquer hipótese, contratar obras e serviços diretamente, sem o procedimento licitatório.
 - (C) A violação do princípio da moralidade pelo administrador público enseja a propositura da ação popular, que pode ser proposta pelo cidadão ou pelo Ministério Público.
 - (D) Atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da Administração Pública podem acarretar a cassação dos direitos políticos do infrator.
 - (E) O princípio da eficiência autoriza que a Administração Pública possa exonerar o servidor público estável em razão de insuficiência de desempenho.
12. Na hipótese de a Administração Pública constatar que editou um ato administrativo com vício que o torna ilegal, ela deverá
- (A) anular o ato, com base no princípio da autotutela.
 - (B) revogar o ato, com base no princípio da moralidade.
 - (C) postular a anulação do ato perante o Judiciário, uma vez que somente este pode anular um ato administrativo.
 - (D) aguardar o prejudicado requerer a revogação do ato.
 - (E) revogar o ato, com base no princípio da indisponibilidade, na hipótese de ter prejudicado terceiros.
13. Assinale a alternativa que contempla apenas órgãos da Administração Indireta.
- (A) Secretaria da Fazenda e Gabinete do Governador.
 - (B) Ministério Público e autarquia.
 - (C) Empresa pública e sociedade de economia mista.
 - (D) Secretaria da Educação e Fundação ITESP.
 - (E) Delegacia de Polícia e agências reguladoras.
14. Considerando o regime jurídico das fundações, é correto afirmar que
- (A) possuem personalidade jurídica atribuída a um patrimônio preordenado, afeto a um fim social, visando à percepção de lucro, submetidas a um regime de direito privado.
 - (B) podem ser instituídas pela iniciativa privada ou podem ter o poder público como seu instituidor, sempre dotadas de autonomia administrativa.
 - (C) podem ser instituídas pelo poder público quando este pretender intervir no domínio econômico e atuar na mesma área de mercado em competição com o particular, mas sempre na defesa do interesse público.
 - (D) o seu nascimento se dá com o registro do decreto que criou a fundação no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
 - (E) as fundações governamentais sujeitam-se à responsabilidade civil na modalidade subjetiva, em obediência aos princípios constitucionais da Administração Pública.
15. No que tange aos privilégios tributários que a Constituição Federal prevê em favor das fundações públicas, é correto afirmar que estas possuem imunidade tributária quanto
- (A) às taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - (B) às contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.
 - (C) a qualquer tipo de imposto, desde que sejam reconhecidas como entidades de utilidade pública pelo Governo Federal.
 - (D) aos impostos sobre a sua renda, o seu patrimônio e os seus serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
 - (E) a todos os tributos relacionados a suas atividades previstos na Constituição Federal.
16. Tendo em vista o regime jurídico dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) A Administração Pública tem a prerrogativa de executar seus atos e decisões diretamente sobre o particular, sem a intervenção do Poder Judiciário.
 - (B) O ato discricionário é de competência da Administração Pública, mas pode ser submetido ao crivo do Poder Judiciário, que tem poderes para examinar o seu mérito.
 - (C) O ato administrativo vinculado é aquele que permite à Administração Pública examinar a conveniência e oportunidade do serviço público quando da sua edição.
 - (D) O direito brasileiro não admite a convalidação de atos administrativos.
 - (E) Os atos administrativos são irrevogáveis.

17. É um exemplo de ato administrativo discricionário:

- (A) concessão de uma licença em favor do administrado para desenvolver uma atividade lícita.
- (B) admissão do particular em escolas ou universidades públicas.
- (C) deferimento de licença para dirigir veículos automotores.
- (D) concessão de gozo de licença-prêmio requerida pelo servidor público.
- (E) concessão de aposentadoria ao servidor quando este completa 70 anos.

18. São ambos princípios aplicáveis aos processos administrativos:

- (A) verdade sabida e formalismo processual.
- (B) publicidade e pessoalidade.
- (C) verdade material e garantismo.
- (D) disciplina e tipicidade.
- (E) contraditório e informalismo procedimental.

19. Considerando a doutrina prevalente acerca da classificação dos direitos humanos fundamentais, é correto afirmar que é exemplo de liberdade positiva o direito

- (A) de ir e vir.
- (B) à vida.
- (C) à saúde.
- (D) à propriedade.
- (E) à segurança pessoal.

20. Conforme dispõe a Lei n.º 12.527/2011, o pedido de acesso à informação

- (A) deve ser feito, exclusivamente, por meio de acesso a sítio na internet criado especialmente para essa finalidade.
- (B) relativo à informação disponível, deve ser atendido de imediato pelo respectivo órgão ou entidade pública.
- (C) pode ser feito por qualquer interessado, sem que seja necessário identificar-se.
- (D) de interesse público, pode ser condicionado ao atendimento de exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação.
- (E) ficará condicionado ao recolhimento da taxa devida pela prestação do serviço público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Constituição Estadual de São Paulo, ao tratar da Política Agrícola, Agrária e Fundiária, estabelece que

- (A) o Estado compatibilizará a sua ação na área agrícola e agrária para garantir as diretrizes e metas do Programa Nacional de Reforma Agrária.
- (B) a ação de órgãos oficiais atenderá aos imóveis que cumpram a função social da propriedade e aos médios produtores rurais, preferencialmente.
- (C) a concessão real de uso de terras públicas far-se-á por meio de escritura pública, na qual constarão, além de outras, cláusulas definidoras da obrigatoriedade da exploração das terras, de modo pessoal, pelo beneficiário, para cultivo que atenda ao plano nacional de ação fundiária.
- (D) o Estado, mediante decreto estadual, criará um Conselho de Desenvolvimento Rural.
- (E) caberá ao Poder Público organizar o abastecimento alimentar, assegurando, preferencialmente, as condições para a produção de alimentos da fruticultura tropical.

22. Aos imóveis rurais desapropriados para fins de reforma agrária, a Constituição Federal de 1988 prevê que

- (A) são isentas de impostos federais e municipais as operações de transferência que os envolvam.
- (B) cabe à lei ordinária estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumaríssimo, para o procedimento judicial de desapropriação.
- (C) as benfeitorias úteis e voluptuárias serão indenizadas em dinheiro.
- (D) o orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício financeiro.
- (E) o decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União, mediante prévia aprovação do Congresso Nacional, a propor a ação de desapropriação.

23. O cumprimento da função social da propriedade rural ocorre quando ela atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, dentre outros, o seguinte requisito:

- (A) cooperativismo.
- (B) aproveitamento racional e adequado.
- (C) habitação para o trabalhador rural.
- (D) exploração que favoreça o incentivo à pesquisa e à tecnologia.
- (E) observância das disposições que regulam os instrumentos creditícios e fiscais.

24. A Lei n.º 10.207/99, que cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, ITESP, dispõe que a Fundação
- (A) terá por objetivo planejar e executar as políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado.
 - (B) gozará de autonomia jurídica.
 - (C) ficará isenta de tributos federais e municipais.
 - (D) é constituída pelos órgãos denominados Conselho da Agricultura Familiar e Diretoria Administrativa.
 - (E) fornecerá, à Secretaria da Fazenda e à Secretaria do Meio Ambiente, os documentos necessários ao controle de resultados e de legitimidade.
25. Deve-se a Paul Otlet
- (A) a criação do Escritório Internacional de Bibliografia, junto com Henri La Fontaine, ambos preocupados com a organização e difusão da produção bibliográfica científica mundial.
 - (B) a definição de documentação como um conjunto de documentos com existência que vai desde a pena do autor até o momento que impressiona o cérebro do leitor.
 - (C) a criação da CDU e da lista de cabeçalhos de assunto; esta última utilizada posteriormente pela Library of Congress.
 - (D) a proposta de criação da RBU (Rede de Bibliotecas Universal).
 - (E) a publicação, em colaboração com La Fontaine, da obra *Traité de documentation* (Tratamento em documentação).
26. A documentação jurídica é
- (A) o conjunto de documentos produzidos pelos operadores do Direito – legisladores, advogados, juízes – presente na maioria dos acervos jurídicos.
 - (B) o conjunto de conhecimento que tem a finalidade de embasar manifestações de pensamentos de juristas e todos os que lidam com a matéria jurídica.
 - (C) o tratamento jurídico de fontes materiais (históricas, religiosas, econômicas, sociais) e fontes formais (informações que provêm de um processo legislativo).
 - (D) a elaboração de normas e modelos de análise de informações jurídicas, com o objetivo de estabelecer a organização conceitual desse domínio do conhecimento.
 - (E) a reunião, análise e indexação da doutrina, da legislação e da jurisprudência e de todos os documentos oficiais relativos a atos normativos ou administrativos.
27. Sobre os sistemas de informação na área jurídica, é correto afirmar que
- (A) Rede Virtual de Bibliotecas via Internet (RVBI) é uma rede cooperativa de bibliotecas, coordenada pela OAB do Distrito Federal, que abrange informações da legislação e da jurisprudência.
 - (B) LexML é um portal especializado em informação legislativa produzida pelos Ministérios Públicos federal e estaduais.
 - (C) SICON (Sistema de Informações do Congresso Nacional) é o Portal de Legislação do Senado Federal que permite acesso a informações como a legislação federal e a jurisprudência dos tribunais superiores.
 - (D) Interlegis é um serviço que gerencia as informações legislativas das Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas dos estados e municípios brasileiros.
 - (E) BDJur (Banco de Dados Jurídicos) é uma rede de bibliotecas das faculdades de direito brasileiras que facilita o acesso aos documentos de interesse dos estudantes, professores e profissionais da área jurídica.
28. As fontes de informação podem ser divididas nas seguintes categorias :
- (A) monografias, periódicos e multimídias.
 - (B) primárias, secundárias e terciárias.
 - (C) impressas, audiovisuais e digitais.
 - (D) correntes, intermediárias e permanentes.
 - (E) impressas, eletrônicas e audiovisuais.
29. O processo de seleção tem relação com
- (A) o direito de acesso à informação estabelecido pela Unesco.
 - (B) o fato de não se aplicar no caso de doações.
 - (C) uma atividade administrativa vinculada ao setor de compras da instituição.
 - (D) o fato de não se aplicar às informações no ambiente *web*.
 - (E) a política de formação do acervo de uma unidade de informação.
30. No fluxo do SRI (Sistema de Recuperação da Informação),
- (A) há três etapas básicas: entrada do sistema, controle do vocabulário e saída do sistema.
 - (B) o processo de identificação dos dados do colofão é realizado na saída do sistema.
 - (C) há etapas relativas a processos de descrição que criam representações tanto descritivas quanto temáticas do documento.
 - (D) a Linguagem Documentária (LD) é um processo próprio da entrada do sistema.
 - (E) os coeficientes de especificidade e exaustividade são medidas consideradas na saída do sistema.

31. Quanto à construção de vocabulários controlados, pode-se afirmar que
- (A) a ISO 690 apresenta as diretrizes para a construção de tesouros monolíngues.
 - (B) a ANSI/NISO Z39.19-2005 apresenta as diretrizes para a construção, formato de apresentação e manutenção de vocabulários controlados monolíngues.
 - (C) a ISO 2788 apresenta recomendações para a atualização e manutenção de listas de termos controlados, anéis de sinônimos e taxonomias.
 - (D) a BS 5723 apresenta diretrizes para a atualização da lista de cabeçalho de assunto da Library of Congress.
 - (E) há diretrizes para elaboração de tesouros, mas não para a construção de outros tipos de vocabulários controlados.
32. Considerando os vários aspectos relacionados com os vocabulários controlados, é correto afirmar que
- (A) as relações indicadas por “Ver também” e “xx” expressam, adicionalmente, relações com cabeçalhos mais específicos e mais amplos, respectivamente.
 - (B) as relações entre os termos são lógico-sintáticas como as relações hierárquicas presentes nos tesouros.
 - (C) descritores, cabeçalhos de assuntos e palavras-chave são termos sinônimos.
 - (D) há dois componentes básicos no vocabulário controlado: léxico e símbolos.
 - (E) O símbolo “UF” é próprio para designar sinônimos.
33. A respeito da automação de serviços bibliotecários, é correto afirmar:
- (A) Repositórios de informação digital são sistemas de informação que digitalizam e preservam a produção técnico-científica impressa.
 - (B) O Dspace é um sistema desenvolvido para possibilitar a criação de repositórios digitais.
 - (C) Os objetivos dos repositórios de informação digital são: ampla cobertura de tipologia de documentos e conteúdos heterogêneos, além da preservação digital dos materiais.
 - (D) O *Machine Readable Cataloging* é um sistema de automação que revolucionou os serviços de biblioteca, a partir da década de 1970.
 - (E) *Visible Web*, *Surface Web*, *Public Web* e *Indexable Web* são ferramentas de indexação de informação em ambiente web.
34. A respeito de sistemas de gerenciamento de bibliotecas, assinale a alternativa correta.
- (A) Aleph (*Automated Library Expandable Program*) é um sistema integrado criado para bibliotecas universitárias, desenvolvido por um consórcio do qual faz parte a Universidade de São Paulo.
 - (B) Virtual ILS (*Integrated Library Software*) é um sistema flexível de código aberto, voltado para bibliotecas públicas.
 - (C) PHL (*Personal Home Library*) é um software livre, desenvolvido para organização de bibliotecas pessoais particulares não integradas ao ambiente web.
 - (D) OpenBiblio é um sistema de automação do serviço OPAC, desenvolvido pela Library of Congress.
 - (E) ABCD (Automação de Bibliotecas e Centros de Documentação) é uma aplicação Web, código aberto e multilíngue de gestão de acervos, lançado pela BIREME, que pertence à família CDS/Isis.
35. O relatório de uma biblioteca contém um conjunto de informações sobre o acervo, serviços prestados, usuários e recursos humanos, físicos, materiais e financeiros ordenados de forma a mostrar a situação da biblioteca em dado período de tempo. Sendo assim,
- (A) é a base para a elaboração do cronograma das atividades da biblioteca.
 - (B) é o documento que demonstra a expectativa quanto ao oferecimento dos serviços e produtos da biblioteca.
 - (C) indica as metas e as estratégias a serem alcançadas em um espaço de tempo determinado.
 - (D) é um instrumento que possibilita a análise e a avaliação do desempenho da biblioteca, os resultados alcançados e os problemas encontrados.
 - (E) é a base para a elaboração do organograma da biblioteca.
36. Com relação ao diagnóstico da unidade de informação, é correto afirmar que
- (A) pode ser exploratório (um tipo de mapeamento que passa todos os componentes da unidade de informação) ou ter um foco específico (analisa o conjunto, mas aprofunda-se no foco selecionado).
 - (B) o desenvolvimento do diagnóstico é realizado em três etapas básicas: coleta de dados, análise dos dados e redação final.
 - (C) deve ser feito por avaliadores externos, uma vez que a equidade é condição inerente ao processo avaliativo.
 - (D) por ser um processo especializado, tanto na metodologia quanto no objeto da avaliação, é indevida a participação de leigos, como é o caso de usuários.
 - (E) o questionário é o instrumento imprescindível para a análise dos dados.

37. Na avaliação dos serviços da biblioteca, deve-se considerar
- (A) o fato de que desenvolver grandes coleções cria ou aumenta a demanda de usuários.
 - (B) que as necessidades do usuário são mensuradas pelo número de vezes que os serviços são acionados, pessoal ou virtualmente.
 - (C) a investigação sobre a não utilização dos serviços pelos usuários considerados público-alvo.
 - (D) a importância da elaboração do sumário executivo para tomada de decisões administrativa e de gestão.
 - (E) que os insumos primários e secundários, como o acervo, por exemplo, são intrinsecamente qualitativos.
38. Com relação ao estudo de usuário, assinale a alternativa correta.
- (A) É a coleta sistemática de dados sobre as atividades, operações, uso e usuários em um dado momento ou período de tempo.
 - (B) O grupo de não-usuários inclui os que não conhecem o acervo ou serviços, os que não têm acesso ou não sabem utilizá-lo(los), os que não confiam no serviço e os que não sabem que precisam de informação.
 - (C) É a pesquisa sobre os atendimentos completos e corretamente realizados e que levaram os usuários às fontes apropriadas de informação.
 - (D) O teste de simulação de buscas bibliográficas é a técnica apropriada para a pesquisa.
 - (E) Objetiva atingir a premissa de Ranganathan “Para alguns livros alguns leitores”.
39. A respeito da CDU, pode-se afirmar que
- (A) é um sistema de classificação decimal porque tem 10 classes; a classe 4, atualmente vazia, já foi ocupada por Linguagem, assunto transferido para a classe 8.
 - (B) as principais mudanças com relação à CDD são: eliminação dos zeros finais das classes, colocação de um ponto a cada grupo de três algarismos e uso de sinais gráficos, letras e palavras.
 - (C) foi introduzida no Brasil a partir de 1954, ano da criação do IBBD (Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação), hoje IBICT, e, desde então, detém a licença para a edição em língua portuguesa.
 - (D) as suas tabelas auxiliares estão em conformidade com as tabelas auxiliares da CDD.
 - (E) baseia-se na estrutura de 10 classes da CDD e no uso de letras e sinais da LCC.
40. Considerando a edição atual da CDU, assinale a alternativa correta.
- (A) 308 representa “Sociografia. Estudos descritivos da sociedade (qualitativos e quantitativos)” e o símbolo para Brasil como subdivisão geográfica é (81). Sendo assim, 308(81)“19/...” expressa “Situação social do Brasil desde o início do século XX em diante”.
 - (B) 94(4/9) expressa “história dos países e lugares do mundo moderno” e o número para “Brasil como subdivisão de lugar” é (81). Sendo assim, a notação de classificação para “história do Brasil” é 981.
 - (C) (054) é o símbolo para “jornais como forma” e (81) é “Brasil como subdivisão de lugar”; a construção da notação (054)(81) para “Jornais brasileiros” não é permitida porque o número de assunto deve vir antes das subdivisões de forma e de lugar.
 - (D) 34 expressa “Direito” e 338.1 “desenvolvimento econômico”. Sendo assim, para “Direito e desenvolvimento econômico” a notação pode ser 34::338.1 ou 338.1::34, porque o sinal de relação é recíproco e reversível.
 - (E) 332.2 representa “Economia da terra” e 34 “Direito”. A notação de classificação para “Direito da Economia da terra” é 34/332.2.
41. Assinale a alternativa que está de acordo com as normas da AACR2.
- (A) Obra com 3 autores ou mais, entrar pelo primeiro autor e fazer secundárias para os outros. No caso de obra com mais de 3 entidades como autores responsáveis, a entrada principal será pelo título, com entrada secundária para as entidades.
 - (B) Para constituições e repertórios de jurisprudência, não atribuídos nominalmente a um relator ou relatores, a entrada principal é pela jurisdição ou pela entidade governada por ela. Entrada secundária, para o Tribunal.
 - (C) No caso de periódicos, quando o título por extenso e na forma abreviada (acrônimo ou iniciais) aparecem na fonte principal de informação, adota-se como título principal a sigla seguida da forma por extenso.
 - (D) Quando o nome de uma entidade aparece em várias línguas nas suas publicações, deve ser escolhida uma das línguas para identificar a entidade, de acordo com a seguinte ordem de preferência: 1.º língua oficial; 2.º língua portuguesa; 3.º língua predominante. Em caso de dúvida, a preferência será pelo nome na língua, na seguinte ordem: inglês, francês, alemão, espanhol e russo.
 - (E) Os exemplos a seguir referem-se à forma de entrada de um nome, simples ou composto, que não inclui um sobrenome:
Benta, dona
Cassiano Ricardo
Dulce, irmã
Fábio Jr.
José Paulo Netto
Maria Bethânia
Roberto Carlos

42. Quando se trata de documentos legais, a AACR2 preconiza:
- (A) No caso de ações em primeira instância e ações criminais, fazer entrada secundária para a jurisdição que move o processo.
 - (B) No caso de decisões judiciais, a entrada deve ser feita pela jurisdição em que os processos foram movidos.
 - (C) No caso de ações em primeira instância, fazer a entrada de ações oficiais e autos de julgamentos criminais, sob o cabeçalho estabelecido para a pessoa ou entidade processada.
 - (D) Para tratados ou acordos formais entre dois governos, fazer a entrada de um tratado ou qualquer outro acordo formal pelo título do tratado ou acordo.
 - (E) No caso de coletânea de processos oficiais ou autos de julgamentos, a entrada principal deve ser feita pelos cabeçalhos estabelecidos para as pessoas ou entidades que forem partes nos julgamentos, se não forem mais de três.
43. No âmbito da indexação, assinale a alternativa correta.
- (A) Indexação é o processo de utilização e normalização de palavras-chave.
 - (B) O KWOC é um método de indexação, criado na década de 1980, em substituição ao KWIC.
 - (C) o processo de indexação deve levar em consideração duas variáveis: especialidade e revocação.
 - (D) O nível de exaustividade é um dos fatores inerentes à exatidão da indexação.
 - (E) Uma importante decisão política diz respeito ao nível de exaustividade da indexação.
44. Com relação ao resumo, pode-se afirmar que
- (A) a extensão do resumo depende do tamanho do texto original, ou seja, textos originais curtos produzem o resumo informativo, e originais longos, o resumo indicativo.
 - (B) é um novo texto criado com o objetivo de representar o conteúdo do documento original.
 - (C) a elaboração de resumos consiste na transcrição de trechos do texto original.
 - (D) a precisão de todas as ideias e significados presentes no documento é essencial; para tanto, elabora-se o resumo intensivo.
 - (E) de acordo com a NBR 6028, sobre elaboração de resumo, a redação deve ser feita numa sequência enumerativa de tópicos, na voz passiva.
45. De acordo com a NBR 6023/2000, a referência correta é:
- (A) COSTA, V. R. À margem da lei. **Em Pauta: revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ**. Rio de Janeiro, n. 12, pp. 131-148. 1998.
 - (B) SANTOS, F. R. dos. “A colonização da terra do Tucujús”. In _____. **História do Amapá, 1.º grau**. cap. 3. Macapá: Valcan, 1994. 2ª. ed.. Disponibilizado em: <<http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atuall.htm>>. Acesso, 8 mar. 1999.
 - (C) **PERFIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PAULISTA**. São Paulo, FUNDAÇÃO, 1994. 317 p. 6ª. ed.. Inclui índice.
 - (D) SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental. **Estudo de impacto ambiental – EIA, Relatório de impacto ambiental – RIMA: manual de orientação**. São Paulo, 1989. 48 p. (Série Manuais).
 - (E) LEVI, G. e SCHMIDT, J. (Orgs.). **História dos jovens 2: a época contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.
46. Com relação ao serviço de referência, pode-se afirmar que
- (A) é, por definição, a assistência pessoal oferecida pelo bibliotecário para os usuários; portanto, incompatível com ambientes virtuais.
 - (B) os instrumentos próprios para uso em ambiente Web 2.0 são, por exemplo, os bancos de dados eletrônicos e o uso da expressão booleana em motores de busca como o Google.
 - (C) é responsável pela organização, gestão e recuperação da coleção de referência da biblioteca.
 - (D) *Blogs, Skype, Twitter, Wikis* são exemplos de ferramentas utilizadas nos serviços de referência das bibliotecas em ambiente *Web*.
 - (E) é voltado para usuários específicos, definidos a partir de um perfil determinado por meio do estudo de usuários.
47. No atendimento a pesquisas,
- (A) a expressão booleana utilizada na estratégia de busca em sistema de indexação e recuperação pré-coordenado resulta em falsas coordenações.
 - (B) os resultados da busca na recuperação da informação independe da ordem de execução das operações lógicas da expressão booleana.
 - (C) é próprio dos sistemas de recuperação da informação, que utilizam os operadores booleanos na estratégia de busca, adotarem a linguagem natural tanto na entrada quanto na saída do sistema.
 - (D) os operadores booleanos foram introduzidos como mecanismos da estratégia de busca, a partir da década de 1980, com o advento dos sistemas de informação automatizados e da Internet.
 - (E) a estratégia de busca é um processo composto das etapas de análise do conteúdo da solicitação, seleção de conceitos e tradução para o vocabulário utilizado no sistema.

48. Um exemplo de serviço de intercâmbio entre unidades de informação é:
- (A) o COMUT, gerenciado pelo IBICT, que tem por objetivo o acesso a cópias, respeitada a legislação de direito autoral, de documentos científicos como artigos de periódicos, teses, anais de congressos, trechos de publicações etc.
 - (B) o SCAD (Serviço de Coordenação de Acesso a Documentos), que é formado por uma rede de bibliotecas e centros de documentação de informações científicas e tecnológicas, criado e gerenciado pelo CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa).
 - (C) a Rede Bibliodata, que é um serviço de empréstimo interbibliotecas, coordenado pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com a Virginia Tech Library System.
 - (D) o *International Lending and Document Delivery* (Empréstimo Internacional Interbibliotecas), que é coordenado pela IFLA e destinado às bibliotecas e centros de informação sócios da Instituição.
 - (E) a rede SIBI-USP (Sistema de Bibliotecas da USP) que, em cooperação com os sistemas de bibliotecas da Unicamp e Unesp, coordena o sistema de intercâmbio entre bibliotecas do estado de São Paulo.
49. Quanto ao serviço de disseminação da informação, pode-se afirmar que
- (A) o serviço de alerta caracteriza-se pelo envio do regulamento e da relação dos serviços e produtos oferecidos pela biblioteca para os usuários recém-cadastrados.
 - (B) a DSI (Disseminação Seletiva da Informação) é um serviço criado na década de 1970, nos Estados Unidos, e originalmente desenvolvido para bibliotecas universitárias.
 - (C) RSS (*Rich Site Summary, Really Simple Syndication* ou *RDF Site Summary*) é uma ferramenta usada no serviço de DSI (disseminação seletiva da informação) da biblioteca em ambiente Web.
 - (D) a operacionalização do serviço de DSI (Disseminação Seletiva da Informação), desde a sua origem, só é possível em sistemas de informação automatizados.
 - (E) a DSI (Disseminação Seletiva da Informação) é de responsabilidade da circulação da unidade de informação.
50. Assinale a alternativa correta.
- (A) O GIDJ (Grupo de Informação e Documentação Jurídica) é um grupo de estudo vinculado ao CFB (Conselho Federal de Biblioteconomia) e presente nos vários CRBs.
 - (B) O registro secundário é obrigatório ao bibliotecário que, com registro em um Conselho Regional, exerce a profissão, comprovada e concomitantemente, na jurisdição de outro Conselho Regional.
 - (C) As atribuições referentes ao registro, à fiscalização e à imposição de penalidades quanto ao exercício de bibliotecários são da competência do Conselho Federal de Biblioteconomia.
 - (D) O Conselho de Classe, como o Conselho Regional de Biblioteconomia, é uma pessoa jurídica de direito privado, responsável por congregar os profissionais de determinada área, visando ao aprimoramento profissional.
 - (E) O registro provisório para exercer a profissão é concedido ao estudante de biblioteconomia que comprove matrícula no último ano do curso superior; é válido por um ano, prorrogável por mais um ano.

